

Palavras e ações impensadas

ELLEN B. GELD

A gente se pergunta como a História tratará os quatro primeiros anos da Nova República? Se a honestidade prevalecer, deverá incluir o registro de muitas palavras sem ações e uma porção de ações impensadas. Tomemos, por exemplo, os decretos econômicos que, se tivessem sido colocados em prática, teriam deixado o Brasil numa situação bem mais estável do que a atual. Nós, criadores de gado, não nos esqueceremos tão cedo — espero — da saga louca que foi o conflito do boi, as restrições às exportações, que diminuiu a produção de carne e fez com que muitos produtores vendessem suas matrizes para investir o capital no *overnight*... A importação de carne estragada? O setor produtivo teve de modificar seus planos, quase que semanalmente, para poder acompanhar as mudanças de regras que vinham do setor executivo... Ações sem pensamentos.

E o que dizer da criação de 17 novos ministérios num país cuja burocracia é tão grande que 60% do orçamento é usado para pagar os funcionários públicos?

O Ministério da Reforma Agrária, por exemplo, é perfeitamente dispensável, como o tempo se encarregou de provar. O que precisávamos era de um departamento de reforma agrária, vinculado ao Ministério da Agricultura, que utilizasse uma política agrícola coerente como arcabouço, dentro do qual uma reforma pudesse ser realizada, de maneira a ajudar o pequeno produtor a usar a tecnologia moderna para crescer. Uma política que atendesse à agricultura em geral em termos de pesquisas, ampliação, educação; financiamentos a longo prazo para aquisição e melhoramento de terras, que beneficiasse não apenas os envolvidos na reforma mas também os milhões de produtores que hoje se encontram precariamente estabelecidos.

Em vez disso, foi criado o Ministério da Reforma Agrária, sem dinheiro e com pouca autoridade, que, deixando o funcionamento da reforma a cargo de burocratas incompetentes, até agora pouco fez além de abrir processos judiciais sobre áreas produtivas, injustamente desapropriadas; com 45 mil famílias assentadas em condições tão precárias que é duvidoso que consigam sobreviver como produtores agrícolas. Ao mesmo tempo, graças ao Plano Cruzado, pelo menos 45 mil produtores estão abandonando as terras devido às falências.

Será que o Brasil necessita de um Ministério de Cultura que mais obstrua do que promova atividades culturais? Ou será que necessitamos de um grande esforço contra as deficiências na educação primária e secundária, a ampla base na qual a verdadeira cultura possa desenvolver-se? Não existem salas de aula e materiais em quantidade suficiente. Não existem professores em quantidade suficiente, e todos eles são extremamente mal pagos para praticar uma das mais nobres e exigentes profissões — a de preparar as crianças para o estudo superior ou simplesmente para enfrentar as complexidades de um mundo moderno. E o que dizer sobre a educação das crianças rurais, que continua praticamente não existindo? Para onde os 13% do orçamento federal deveriam ter sido encaminhados senão nessa direção?

Pergunta-se também se os legisladores não diriam que a velha Constituição, modernizada e com algumas sólidas emendas, não teria sido melhor do que esse complexo volume de contradições que agora está surgindo. Contradições que protegem a propriedade urbana, mas que expõem as propriedades rurais à desapropriação sem recursos; que liberam os sindicatos da interferência governamental, mas que criam monopólios de trabalho permitindo apenas um sindicato por categoria em cada área determinada. Desajeitada e volumosa também porque a Constituição contém estatutos que deveriam ter sido decididos através da legislação comum. De alguma forma, não se consegue imaginar esta Constituição sendo suficientemente forte ou ampla na sua concepção (o que não significa em detalhe) para poder lidar com as constantes mudanças que ocorrem nos tempos modernos. E tanto tempo foi gasto com isso, com tantos problemas urgentes sendo negligenciados.

Agora temos um sistema presidencialista. Exatamente o que já tínhamos antes. Graças a Deus. Por que o que é que está errado no sistema presidencialista, além de seu uso indevido? Supõe-se que um sistema presidencialista seja um com três poderes claramente definidos, que funcionam para contrabalançar os demais. O que testemunhamos por enquanto é um Legislativo quase inativo e ao mesmo tempo um único partido político pressiona o Executivo a promulgar decretos incoerentes e caóticos.

Para que um sistema funcione é preciso que haja forte liderança. Mas a sua força não pode basear-se apenas no desejo de poder dos governantes. Isso, como sabemos, leva a um beco sem saída. Uma liderança forte não significa apenas consciência das necessidades de um país, mas também o uso da sabedoria e da coragem para a coordenação das soluções. Vamos esperar que estas qualidades sejam aperfeiçoadas no sistema presidencialista, daqui para frente, para que o Brasil não continue imerso na procura do melhor sistema, em vez de usar os meios à disposição para fazer o necessário.

A hora do municipalismo?

Os prefeitos brasileiros poderão ter esta semana uma prova de fogo, se a Assembléia Nacional Constituinte votar mesmo o capítulo tributário. Eles terão a oportunidade — para não dizer obrigação — de provar que o discurso municipalista não era casuístico, isto é, que defendiam os ideais por acreditar neles e não para resolver um problema de momento, de falta de dinheiro em caixa.

Os prefeitos, ao que parece, estarão despedindo-se de seus cargos no início do ano que vem, depois de passar seis anos na administração municipal e pelo menos cinco lutando pela reforma tributária. Por coincidência, seus sucessores estarão colhendo os frutos que plantaram, recebendo as prefeituras em situação econômico-financeira potencialmente melhor. Isto quer dizer que, se as disposições transitórias não previrem a entrada em vigor de alguns itens, logo após a promulgação da Carta, estarão trabalhando para os seus sucessores.

Talvez por isso o Movimento Municipalista, que sempre se mostrou inflado, esteja hoje tão murcho. A questão tributária parece estar num segundo plano, pois as atenções de todos se voltam para a reeleição em seus cargos, mesmo com a clara inclinação dos constituintes para vetar essa pretensão.

Se o capítulo tributário for mesmo votado esta semana, chegou a hora de maior mobilização possível para manter as conquistas, mostrando, em contrapartida, que não serão os prefeitos os beneficiados com as mudanças, mas sim toda a população, pois as prefeituras terão mais recursos para investir em obras que melhorem o padrão de vida da comunidade.

O ideal municipalista indica que o caminho para a democratização do País passa primeiro pela descentralização dos recursos, pela independência política e econômica dos municípios. Afinal, se tudo ocorre no âmbito municipal, por

que não começar o País justamente por onde mora a população?

Essa tese encontra profundas resistências por parte do governo federal, que nunca esteve disposto a abrir mão de seus recursos. Não seria numa hora em que o déficit público assusta, em que as finanças do País estão sob completo descontrole que os detentores do poder central irão contemporizar, aceitando passivamente o esvaziamento de seus cofres.

Que não se iludam, portanto, os municipalistas. Têm ainda muita luta pela frente e não podem cruzar os braços, se quiserem ver suas conquistas efetivadas no texto constitucional. Mesmo que para isso tenham de vencer interesses imediatos e pessoais, mesmo que esse trabalho todo venha favorecer seu sucessor, talvez até um inimigo político. Afinal, chegou a hora de os prefeitos se mostrarem mais municipalistas do que prefeitos.